

Porque não se deve aceitar a meta de todas as crianças alfabetizadas aos 6 anos ao final da vigência do II PNE?

Maria Malta Campos

Yara Lúcia Esposito

Beatriz Abuchaim

Fundação Carlos Chagas, São Paulo

O Brasil ainda apresenta muitas deficiências na educação básica, apesar dos inegáveis progressos obtidos nas últimas décadas. Os índices de analfabetismo absoluto e funcional na população adulta estão entre os mais altos das Américas e os resultados dos sistemas de avaliação revelam que nossas escolas não conseguem alfabetizar todos seus alunos nos primeiros anos do ensino fundamental, como seria de se esperar: uma porcentagem significativa de alunos chega ao 5º ano sem dominar a leitura e a escrita.

Esse quadro preocupante motivou a criação, pelo MEC, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Lei 12.801/2013), que fixou o objetivo de alfabetizar todas as crianças “até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (<http://pacto.mec.gov.br>). O movimento Todos pela Educação já havia adotado a meta de ter, “até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças” plenamente alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Houve assim, um consenso, sobre a idade e a série fixadas para definir o objetivo de fazer com que todas as crianças apresentem “as habilidades básicas de leitura e escrita”. (Todos pela Educação, 2013, p.24) O projeto de lei do Plano Nacional de Educação – PNE, enviado pelo MEC ao Congresso Nacional, adotou a mesma orientação, propondo a meta de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final da vigência do plano decenal.

Ao lado de outras medidas, como a obrigatoriedade da matrícula das crianças na pré-escola a partir dos quatro anos de idade, essas metas envolvem um considerável esforço da área de educação que deverá ser dispendido nos próximos anos. Professores deverão ter melhor formação inicial e uma boa formação continuada em seu ambiente de trabalho, livros e materiais pedagógicos adequados terão de ser providenciados a todos os alunos, a capacidade e a infraestrutura de todas escolas deverá ser melhorada para assegurar apoio ao trabalho pedagógico e garantir que

todos os alunos dos três anos iniciais do ensino fundamental, independentemente de sua condição social e cultural, obtenham sucesso no aprendizado.

Medidas correspondentes terão de ser tomadas nas pré-escolas, para que as crianças tenham as experiências requeridas para a fase de letramento e pré-alfabetização, de forma integrada e sem deixar de lado as oportunidades de usufruir de um currículo apropriado para a faixa etária de 4 e 5 anos (com espaços para brincadeira, estímulo para a criatividade e múltiplas formas de expressão).

Nesse contexto, é preciso considerar também que parcela significativa da população que hoje tem acesso à educação representa a primeira geração a contar com essa oportunidade, sendo que muitas crianças provém de famílias com pouca ou nenhuma escolaridade: são os filhos que ensinam alguma coisa aos pais e não os pais que contam com escolaridade suficiente para ajudá-los em suas tarefas escolares. A extrema desigualdade econômica e social que ainda caracteriza nosso país tem consequências sobre os resultados escolares; agrava esse quadro o fato de que são justamente as crianças mais pobres que, em sua maioria, frequentam as piores escolas das redes públicas.

Levando em conta todos esses fatores, a meta fixada para os oito anos já parece bastante ambiciosa. Antecipá-la para os seis anos, como propõe a versão do Relator do PNE no Senado Federal¹, significa correr o risco de fixar um objetivo que mais uma vez ficará no papel, mas que ainda assim causará muitos prejuízos à educação das crianças, estimulando o retorno de medidas conhecidas de nossa história educacional, como retenção, estigmatização e exclusão precoce logo no início da escolaridade.

O relatório De Olho nas Metas 2012, divulgado no início deste ano por Todos pela Educação, informa, em relação à Meta 2 “Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos”, com base em resultados da aplicação da Prova ABC em 2011, que avaliou uma amostra de alunos de 2º e 3º ano do ensino fundamental quanto à aprendizagem de leitura, escrita e matemática: os dados

mostram que o País não atingiu, em relação a esse grupo de escolas avaliadas das capitais brasileiras, a meta do Todos pela Educação para 2010, de ter 80% das crianças com aprendizagem adequada até o final do 3º ano. E revelam, também, que nenhuma região conseguiu superar a meta intermediária.” (Todos pela Educação, 2013, p. 26).

Com efeito, na região com os melhores resultados (Sudeste), apenas 65,6% dos alunos atingiu o conhecimento esperado em escrita e 62,8% em leitura. Nas regiões Nordeste e Norte, as porcentagens correspondentes não chegaram a 45%. Esses dados mostram que até mesmo as metas fixadas para as crianças de até oito anos não são fáceis de alcançar em poucos anos, sem substantivas melhoras e maiores investimentos na qualidade das escolas.

A seguir apresentamos os resultados de uma pesquisa recente, realizada pela Fundação Carlos Chagas, que mostra como se comportam alunos de escolas públicas, de diversas idades, quanto aos resultados alcançados na Provinha Brasil: os alunos mais próximos dos sete anos de idade são aqueles que apresentam as melhores notas, o que indica que para a maioria das crianças, é necessário contar com um prazo mais longo do que um ano para se atingir um conhecimento mínimo satisfatório sobre a leitura e a escrita.

Resultados alcançados na Provinha Brasil por alunos de escolas públicas de três capitais brasileiras

Os dados apresentados a seguir fazem parte da pesquisa *Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*, realizada pela Fundação Carlos Chagas, com apoio do MEC e do BID em 2009, cujo relatório final foi publicado em 2010 (Campos et al., 2010)

Um dos objetivos dessa pesquisa foi avaliar o impacto da frequência à pré-escola sobre os resultados de aprendizagem obtidos pelas crianças no início do ensino fundamental. Para isso, foram adotados como medida os resultados dos alunos na Provinha Brasil. Dentre a amostra total de seis capitais cobertas pela pesquisa, foi possível investigar esses resultados em três delas – Teresina, Florianópolis e Campo Grande – as quais dispunham de banco de dados organizados com os resultados de seus alunos nesse teste. Para obter informações sobre a frequência dos alunos à educação infantil e demais dados de caracterização de suas famílias, foram enviados 4.000 questionários a alunos de escolas que concentravam alunos provenientes da educação infantil, cuja qualidade havia sido avaliada em etapa anterior da pesquisa. A amostra ficou constituída de um total de 762 alunos, nas três capitais, sendo que 605 haviam frequentado a pré-escola e 157 não haviam frequentado nem a creche, nem a pré-escola.

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. O instrumento é elaborado pelo Inep e distribuído pelo MEC/FNDE para todas as secretarias de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal. Cada teste da Provinha Brasil é composto por 24 questões de múltipla escolha, com quatro opções de resposta cada uma. Algumas dessas questões são lidas pelo aplicador da prova – na íntegra ou em parte –, e outras são lidas apenas pelos alunos.

Com o objetivo de orientar a correção das respostas e a interpretação dos resultados, o Inep elabora e distribui para as secretarias um *Guia de interpretação* que permite estabelecer uma relação entre o número ou a média de acertos de um ou mais alunos e sua correspondência com os níveis de desempenhos descritos para a Provinha Brasil. Para a prova aplicada no primeiro semestre de 2009, foram definidos os seguintes critérios para identificar os níveis de desempenho dos alunos (Campos, et al., 2010, p. 232-233):

Quadro 1 - Correspondência entre o número de acertos na Provinha Brasil e os níveis de alfabetização

Número de acertos	Nível de alfabetização
Até 10 acertos	Nível 1
11 a 15 acertos	Nível 2
16 a 18 acertos	Nível 3
19 a 22 acertos	Nível 4
23 a 24 acertos	Nível 5

Fonte: Inep, edição de 2009, 1º semestre, apud Campos et al., 2010).

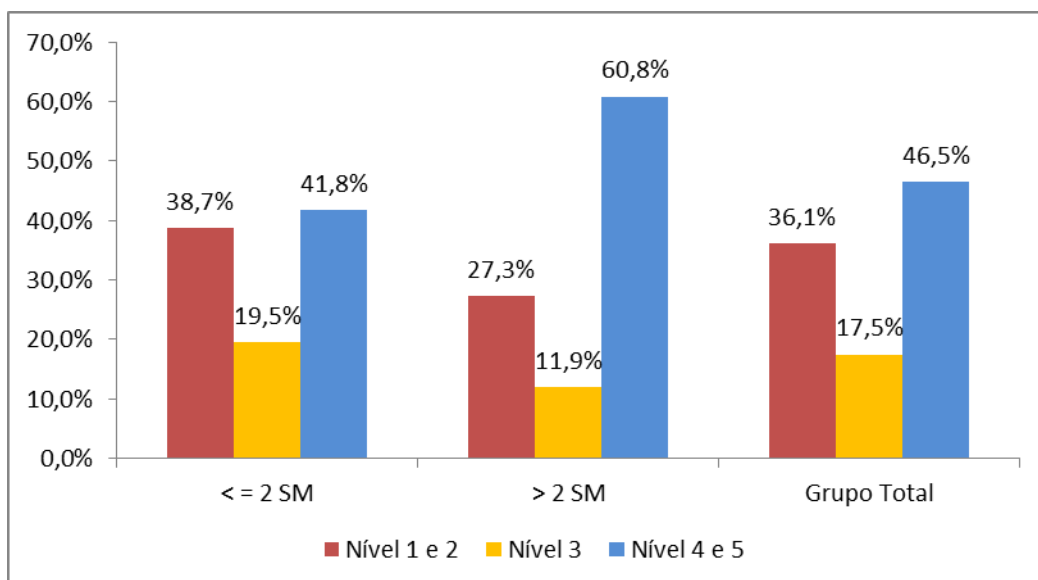
Os resultados de aprendizagem apresentados pelas crianças dependem de um conjunto amplo de fatores entre os quais se incluem o nível socioeconômico da família, a qualidade da pré-escola frequentada, a qualidade da escola de ensino fundamental onde a criança está matriculada, a presença de livros no ambiente doméstico, entre muitos outros. No relatório da pesquisa, são examinados os resultados apresentados pelas crianças da amostra segundo diversos desses fatores. Neste texto, selecionamos apenas as variáveis “nível socioeconômico da família”, “frequência à pré-escola” e “idade das crianças”, fatores que se mostraram significativamente associados aos resultados dos alunos, como se poderá verificar a seguir..

Como mostram muitas pesquisas, o nível socioeconômico da família é um importante determinante do acesso à educação e dos resultados escolares dos alunos. Dados do IBGE sobre a porcentagem de crianças alfabetizadas entre 6, 7 e 8 anos, de diferentes faixas de renda familiar per capita, mostram que enquanto 92,3%

daquelas na faixa de renda superior a 2 salários mínimos per capita já se encontravam alfabetizadas, apenas 64,8% das crianças cujas famílias recebem menos de meio salário mínimo per capita estavam alfabetizadas em 2010¹.

No gráfico 1, observa-se que, enquanto apenas 41,8% dos alunos da amostra, de famílias com renda familiar abaixo de dois salários mínimos, obteve pontos correspondentes aos níveis 4 e 5 na Provinha Brasil, 60,8% daqueles com renda familiar acima de 2 salários mínimos alcançou esses resultados.

Gráfico 1. Porcentagem de alunos segundo níveis de proficiência na Provinha Brasil, por grupos de renda familiar



Fonte: Elaboração das autoras a partir da base de dados da pesquisa *Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa* (Campos et al., 2010).

Também confirmando outros resultados de pesquisas no Brasil e no exterior, a tabela 1 mostra que a frequência à pré-escola influencia positivamente os resultados de aprendizagem dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental, os quais, nesta pesquisa, foram aferidos pelas notas obtidas na Provinha Brasil.

¹ Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010, apud Rosemberg e Artes, 2013.

Tabela 1 – Médias na Provinha Brasil, segundo frequência ou não à educação infantil

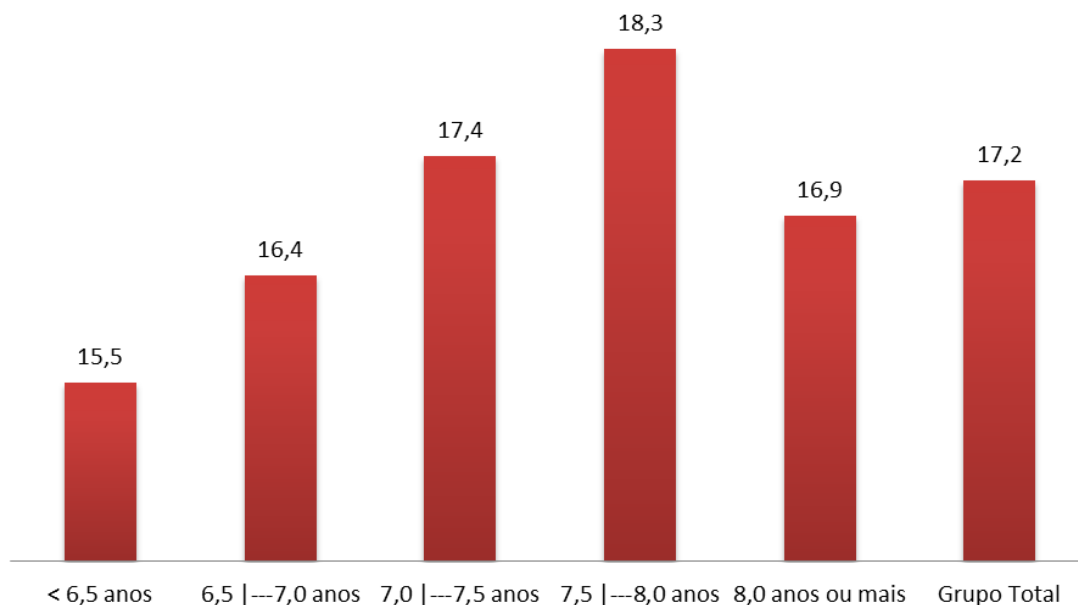
Frequência à EI	N	%	Média	DP
Grupo controle (não frequentaram EI)	157	20,6	16,1	5,4
Grupo EI (frequentaram EI)	605	79,4	17,5	5,0
Total	762	100,0	17,2	5,1

Fonte: Campos et al., 2010, p. 236.

Alunos que haviam frequentado uma turma de educação infantil alcançaram melhores resultados, quando comparados com os que haviam iniciado o ensino fundamental sem ter tido essa oportunidade.

O gráfico 2 mostra a distribuição das notas da Provinha Brasil de acordo com a faixa etária das crianças da amostra. A média das notas dos diferentes grupos de idade aumenta significativamente conforme se passa das idades menores de seis anos e meio até a faixa entre os sete anos e meio e os oito anos e decresce para os alunos que já se encontram atrasados em relação ao ano que cursavam, com idade de oito anos e mais.

Gráfico 2 – Médias na Provinha Brasil, segundo a faixa etária dos alunos

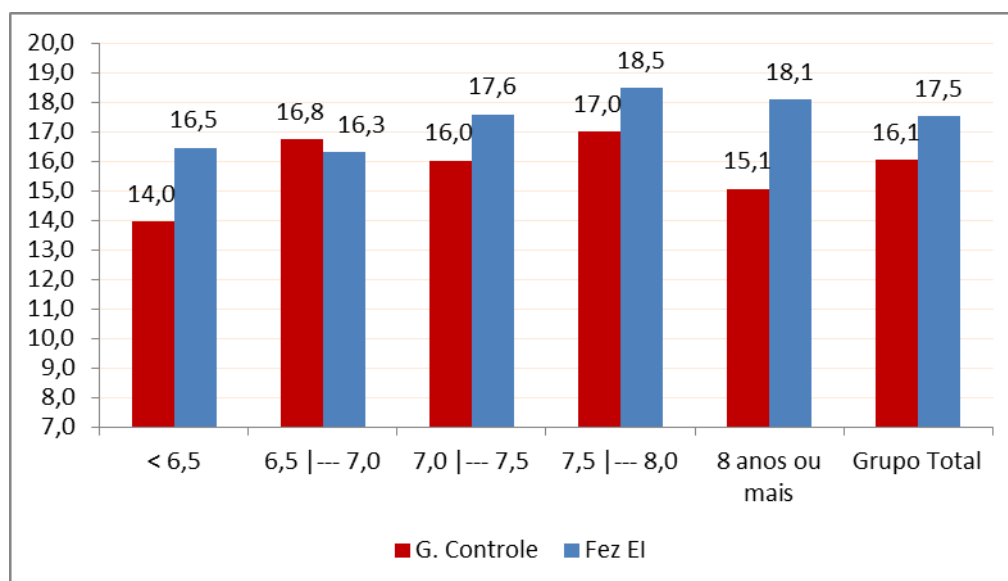


Fonte: Elaboração das autoras a partir da base de dados da pesquisa *Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa* (Campos et al., 2010).

Esses resultados mostram que a idade de ingresso no primeiro ano de crianças muito novas, se associa a resultados piores quanto à alfabetização, medidos pelas notas na Provinha Brasil no segundo ano; da mesma forma, crianças que já registram atraso escolar no segundo ano, também apresentam resultados mais baixos do que aquelas com a idade adequada ao ano cursado.

Como se pode observar no gráfico 3, os dois fatores, idade e frequência à pré-escola, se combinam na sua associação com as notas na Provinha Brasil. O grupo de controle, aquele que não cursou pré-escola antes de seu ingresso no ensino fundamental, em cada idade, obteve notas mais baixas do que os alunos de mesma idade que frequentaram educação infantil. Na segunda faixa de idade considerada, as médias nas notas dos dois grupos se aproximam, mas em todas as demais, a tendência se confirma. As médias mais baixas (14,0 e 15,1) foram obtidas pelos alunos da faixa mais jovem e da faixa mais velha que não cursaram pré-escola.

Gráfico 3 - Médias na Provinha Brasil, segundo a faixa etária e condição de frequência à pré-escola



Fonte: Elaboração das autoras a partir da base de dados da pesquisa *Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa* (Campos et al., 2010).

Resumindo, os três fatores examinados, a saber, o nível socioeconômico da família, a frequência ou não à pré-escola e a idade do aluno, influenciam os resultados de aprendizagem da leitura e da escrita medidos pela Provinha Brasil: alunos de

famílias mais pobres, alunos que não frequentaram a pré-escola e alunos muito novos ou atrasados em relação ao ano cursado apresentaram notas mais baixas.

Considerações Finais

Se considerarmos que: 1) mais de um milhão de crianças de 4 e 5 anos ainda se encontra fora da pré-escola no Brasil (Todos pela Educação, 2013, p. 19); 2) e que são justamente as crianças das camadas mais pobres que têm menos acesso à educação infantil; 3) as crianças muito jovens obtém piores resultados na Provinha Brasil do que aquelas com idade mais adequada ao 2º ano do ensino fundamental, e aquelas de renda mais baixa apresentam médias inferiores às demais, parece razoável julgar que a meta inicialmente fixada para os oito anos de idade, ainda que difícil de atingir no prazo de dez anos, é mais realista e viável do que propõe a mudança introduzida no Senado, que antecipa essas idades para os sete anos, do sexto ao nono ano de vigência do PNE e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.

Levando em conta a meta do projeto de PNE elaborado pelo MEC e acolhido pela Câmara de Deputados, seria necessário ainda discutir que meios serão utilizados para alcançá-la. Como propõem as ações que compõem o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, é necessário que se introduzam mudanças nas condições de funcionamento das escolas e nas práticas adotadas pelos professores de pré-escola e dos primeiros anos do ensino fundamental, no sentido de uma adequação das abordagens adotadas, quanto aos processos de letramento e alfabetização, com crianças de seis, sete e oito anos, assim como na orientação da programação adotada com as crianças de quatro e cinco anos na pré-escola.

Entendendo a alfabetização como “processo de aquisição e de apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico”, na definição de Magda Soares, a educação infantil não deve ter como meta a efetivação deste. Porém, é necessário que o planejamento da prática pedagógica na educação infantil contemple a introdução ou a ampliação, na vida das crianças, de um “contexto de letramento”,

entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas. (Soares, 2004, p16)

Baptista complementa essa ideia:

há que se ressaltar que não é na educação infantil que a criança inicia sua alfabetização. Esse processo se inicia fora das instituições escolares e, muitas vezes, antecede a entrada da criança nestas. Também não é nessa etapa educativa que a alfabetização se completará. A educação infantil tem como principal contribuição para esse processo fazer com que a criança se interesse pela leitura e pela escrita; fazer com que ela deseje aprender a ler e escrever; e, ainda, fazer com que ela acredite que é capaz de fazê-lo. (Baptista, 2010, p. 15)

Na continuidade desse processo, nos primeiros anos do ensino fundamental, as crianças de seis, sete e oito anos devem ter a oportunidade de formalizar esse processo na direção de um domínio das habilidades e conhecimentos básicos da leitura e da escrita, de forma a não perder de vista seu significado social e cultural e a conservar e ampliar o interesse pelo mundo da língua escrita e de seus múltiplos usos.

Como alerta Emilia Ferreiro - pesquisadora dos processos mentais envolvidos na aprendizagem da língua escrita por crianças em idade pré-escolar e escolar -, ao comentar as práticas pedagógicas limitadas ao ensino repetitivo, sem atenção ao significado que o objeto de aprendizagem adquire para o aluno e sem oferecer o tempo necessário para alunos de diferentes condições sociais:

Atención con este tiempo inicial que le damos a los chicos, porque si los etiquetamos muy rápidamente, después no podremos quitarles esa etiqueta. (...) Por eso yo digo que seamos tolerantes con este tiempo inicial, por favor no pongamos 'etiquetas de burro' de forma anticipada, porque después es muy difícil quitarlas." (Entrevista a Rosa Maria Torres, Ferreiro, 2000, p. 221)

Nos países educacionalmente desenvolvidos, como é o caso da Finlândia, em foco por seus resultados excepcionais no PISA (prova internacionalmente aplicada a jovens de 15 anos de idade), ninguém se preocupa com a idade exata em que cada criança vai se alfabetizar. Praticamente todas as crianças vão se alfabetizar em algum momento, e se as atividades de letramento forem bem feitas na pré-escola, muitas crianças já vão entrar lendo e escrevendo um pouco no primeiro ano, aos seis anos de idade, mas não serão todas, nem da mesma maneira. A aprendizagem em todas as áreas ocorre durante esse processo, e não só depois, pois ninguém espera até as crianças estarem plenamente alfabetizadas para ampliar seus conhecimentos sobre ciências, geografia, meio ambiente, pintura ou poesia.

Por todos esses motivos, defendemos a posição que a redação original da Meta 5 deverá ser mantida no texto final do PNE: "Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade."

Referências bibliográficas

BAPTISTA, M. C. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. In: *Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article. Acesso em 15/05/2011.

CAMPOS, M. M.; ESPÓSITO, Y. L.; ROSEMBERG, F.; ANDRADE, D. F. de; GIMENES, N.; UNBEHAUM, S.; VALLE, R.; BIZZOCCHI, M.; BHERING, E.; ABUCHAIM, B. de O. Educação infantil no Brasil: Avaliação qualitativa e quantitativa. *Relatório Final*. Fundação Carlos Chagas, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ministério da Educação, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio_final.pdf

FERREIRO, Emilia. *Cultura escrita y educación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, n. 25, Jan./Abr., 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. *Tabulações de trabalho em andamento*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

TODOS pela Educação. *De olho nas metas 2012*. São Paulo: Todos pela Educação, 2013.

ⁱ A redação da Meta 5 foi mudada para: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.”